

Seguro rural na região Sul de Mato Grosso do Sul**Rural insurance in the South region of Mato Grosso do Sul**

Recebimento dos originais: 09/12/2018

Aceitação para publicação: 10/01/2019

Manoel Douglas Antunes Pinto Junior

Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal da Grande Dourados

Instituição: Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

Endereço: Rodovia Dourados-Ithaum, km 12 - Cidade Universitária, Dourados -MS, Brasil

E-mail: junior_manoel@hotmail.com

Guilherme Siqueira Pereira

Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal da Grande Dourados

Instituição: Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

Endereço: Rodovia Dourados-Ithaum, km 12 - Cidade Universitária, Dourados -MS, Brasil

E-mail: Guilherme.spagro@gmail.com

Éber Augusto Ferreira do Prado

Doutor em Agronomia pela Universidade Federal da Grande Dourados

Instituição: Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

Endereço: Rodovia Dourados-Ithaum, km 12 - Cidade Universitária, Dourados -MS, Brasil

E-mail: eberprado@hotmail.com

RESUMO

No cenário econômico nacional tem se destacado com muita relevância o setor rural e o agronegócio, uma vez que esses são impulsionadores do desenvolvimento social e econômico do país, com expressiva participação no setor de exportação de bens e produtos. O objetivo dessa pesquisa foi de realizar um levantamento com informações pertinentes, que possa facilitar o entendimento da utilização dos seguros rurais, zoneamento agrícola, assistência técnica rural e serviços de contabilidade rural, que sirvam como fonte de dados para produtores rurais que visam à utilização dos mesmos. O presente estudo foi realizado por meio de pesquisa descritiva com produtores rurais, escolhidos casualizadamente. O local do desenvolvimento da pesquisa foi a região Sul do Mato Grosso do Sul, e a caracterização do presente estudo foi embasada no questionamento que teve por objetivo abordar as reais condições dos produtores rurais da região. Com o levantamento de dados pode-se concluir que 86,67% dos produtores realizam cultivos de soja e/ou milho na frequência de 0 a 20 anos de produção; 53,33% dos produtores aderiram seguro agrícola para soja entre 0 - 5 safras, e 56,76% para milho com o mesmo número de safras; 93,33% dos entrevistados se demonstraram satisfeitos com a utilização dos seguros, entretanto apenas 44,44% dos produtores se apresentaram como favoráveis a obrigatoriedade; 60% dos produtores vêm o ZARC como uma dificuldade na aquisição de seguros agrícolas; 66,67% relatam que ainda há necessidade de se melhorar a transferência de informações referentes aos seguros agrícolas e 75,56% dos produtores contratam assistência técnica particular e 91,11% fazem uso de escritórios de contabilidade.

Palavras - chave: Agronegócio; Empreendimento rural; Seguro agrícola; Zoneamento agrícola.

ABSTRACT

In the national economic scenario, the rural sector and agribusiness have been very important, since these are drivers of the social and economic development of the country, with a significant participation in the export sector of goods and products. The objective of this research was to carry out a survey with pertinent information, which could facilitate the understanding of the use of rural insurance, agricultural zoning, rural technical assistance and rural accounting services, which serve as a source of data for rural producers that aim to use themselves. The present study was carried out by means of a descriptive research with rural producers, chosen randomly. The research development site was the southern region of Mato Grosso do Sul, and the characterization of the present study was based on the questioning that aimed to address the real conditions of rural producers in the region. With the data collection, it can be concluded that 86.67% of the farmers produce soybean and / or corn crops at a frequency of 0 to 20 years of production; 53.33% of farmers signed agricultural insurance for soybeans between 0 - 5 crops, and 56.76% for corn with the same number of crops; 93.33% of the respondents were satisfied with the use of insurance, however only 44.44% of the producers presented themselves as obligatory; 60% of producers see ZARC as a difficulty in acquiring agricultural insurance; 66.67% report that there is still a need to improve the transfer of information on agricultural insurance and 75.56% of the producers hire private technical assistance and 91.11% use accounting offices.

Key words: Agribusiness; Rural development; Agricultural insurance; Agricultural zoning.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura pode ser definida como um setor que aborda inúmeros elementos de risco, e sendo estes referentes aos efeitos climáticos, biológicos ou de variações de preços, necessita de atenção especial dentro do setor econômico do país, e isso ocorre, devido ao fato de que ano após ano, alcança novos patamares principalmente na produtividade e produção de grãos e a cada vez demanda mais tecnologias e métodos de produção que assegurem e incrementem a produtividade, bem como o retorno financeiro do produtor e do país.

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (2016), a estimativa da produção de grãos para a safra 2016/17 poderá ficar entre 210,5 e 214,8 milhões de toneladas. O crescimento poderá ser de até 13% em relação à safra anterior. A área plantada está prevista se situar entre 58,5 e 59,7 milhões de hectares. O crescimento previsto poderá ser de até 2,3% se comparada com a safra 2015/16. Dentre o levantamento realizado se enquadram os grãos de algodão, amendoim, arroz, feijão e milho (primeira safra), soja, aveia, canola, centeio, cevada e trigo.

É evidente o avanço da agricultura brasileira em direção á novas tecnologias, como mecanização das atividades de campo, tecnologias de cultivo, sistema de irrigação e armazenagem dos grãos, onde estas inovações com alto desempenho e produtividade proporcionam aos produtores rurais maiores ganhos econômicos sobre sua produção (EICKHOFF, 2013).

Entretanto os sistemas de cultivo agrícolas enfrentam alguns elementos de risco á produção, e dentre os elementos de risco, destacam-se como principais: a escassez de chuvas que causam

secas e estiagens prolongadas, o excesso de chuvas, que causa inundações, enxurradas e precipitação de granizo (KOBAYAMA et al., 2006). Outros elementos são os biológicos, como exemplo o surgimento de doenças e pragas que prejudicam ou mesmo destroem os cultivos (GHINI et al., 2011), e associado a esses fatores está as flutuações dos preços pagos ao produtor pelos produtos agrícolas. Visando perdas, desde o fim do século XIX o seguro agrícola é um instrumento que vem sendo utilizado para reduzir os danos na agricultura (BELEM, 2004; GUIMARÃES; NOGUEIRA, 2009).

De acordo com Belem (2004), a utilização de seguros agrícolas é um tema pouco pesquisado dentro do cenário agrícola nacional, mas apesar disso, desde o fim da década de 90, esse tema vem sendo amplamente discutido e difundido, a começar por incentivos e ações governamentais que enfatizam a necessidade e em certos casos a obrigatoriedade de suas utilizações.

O seguro relacionado às atividades agrícolas é considerado como meio para a estabilização financeira dos produtores, e da mesma forma como mercadoria para as seguradoras (SKEES, 1999). E de acordo com Santos et al. (2013) o seguro agrícola é considerado como um contrato consolidado entre agricultor e empresa ou instituição seguradora, que por meio de pagamento de títulos fornece seguro contra danos aos cultivos ou mesmo animais.

Além dos seguros agrícolas como ferramentas para auxiliar os produtores na segurança da produção, se tem o zoneamento agrícola. O zoneamento agrícola apresenta várias funções e de acordo com as mesmas pode ser classificado como zoneamento de aptidão agrícola ou zoneamento de risco climático (ANDRADE JÚNIOR, 2010). E segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2016) o zoneamento agrícola de risco climático - ZARC é um estudo minucioso e elaborado que objetiva reduzir os riscos que se relacionam aos fenômenos climáticos e possibilita identificar em cada município a época mais propícia ao plantio das espécies cultivadas na região, nos distintos tipos de solo e ciclos de cultivares. Ressalta-se que o ZARC é uma ferramenta de entendimento e adoção facilitados, para a aplicação aos produtores, agentes financiadores, entre outros.

A assistência técnica por meio de engenheiros agrônomos facilita o entendimento e a aplicação tanto dos seguros agrícolas como da utilização do ZARC, uma vez que a assistência técnica se faz essencial em qualquer atividade comercial nos dias atuais. E em relação a assistência rural, por suas características próprias de ser uma atividade de elevado grau de complexibilidade, pelo fato de conter um público heterogêneo em condições sociais, econômicas, educacionais e culturais, se faz necessária a utilização deste tipo de assistência, além de que os adventos de criações de novas tecnologias se fazem por meio de pesquisas associadas às assistências técnicas rurais nas mais diversas propriedades e sistemas de cultivo (ZANELLA et al., 2016).

Dentre os fatores determinantes para o sucesso do produtor rural, recebe destaque também, a maneira como o mesmo realiza a contabilidade de sua propriedade. Oliveira e Oliveira (2014) ressaltam que a contabilidade de uma empresa (ou propriedade) rural, apresenta algumas particularidades que a distingue da contabilidade utilizada em outros setores econômicos, e isso em decorrência principalmente da importância da competitividade dentro do cenário agrícola nacional, onde o produtor necessita saber elaborar estratégias de investimento e gerenciamento de bens e principalmente produtos.

Perante os pontos abordados, se observa a essencialidade do conhecimento atual das características das empresas rurais de cada região, de forma que somente com o levantamento de determinadas características é possível traçar o perfil dos produtores e elaborar estratégias que auxiliem no incremento econômico destas propriedades e por consequência da região produtora como um todo.

2 OBJETIVOS

Realizar um levantamento com informações pertinentes, que possa facilitar o entendimento da utilização dos seguros rurais, zoneamento agrícola, assistência técnica rural e serviços de contabilidade rural, que sirvam como fonte de dados para produtores rurais que visam a utilização dos mesmos.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 PERFIL DOS PRODUTORES RURAIS

No cenário econômico nacional tem se destacado com muita relevância o setor rural e o agronegócio, uma vez que esses são impulsionadores do desenvolvimento social e econômico do país, com expressiva participação no setor de exportação de bens e produtos (SEBRAE, 2012). De acordo com Cella (2002), o sucesso do produtor rural no Brasil é dependente de várias variáveis, que de certa maneira delimitam ou afetam o sucesso da empresa rural. Essas variáveis em geral se relacionam com a região geográfica em que a exploração ocorre, bem como o tipo de atividade desenvolvida, entretanto, apenas essas variáveis não são o suficiente para determinar as características de uma empresa/ propriedade rural, ou mesmo do produtor/proprietário.

Segundo Kruger et al. (2009), o meio agrícola e suas produções, além das características climáticas e do elevado conhecimento referente às atividades realizadas na propriedade, é altamente dependente das ações tomadas pelo proprietário tanto quando da sua capacidade e conhecimento sobre os assuntos que fazem parte do dia a dia de uma empresa rural, desde o preparo da área até mesmo às negociações e aplicações de lucros.

A Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (2014 realizou uma pesquisa nos anos de 2013 e 2014 com produtores rurais brasileiros, e os dados obtidos demonstram que 41% dos produtores rurais apresentam a faixa etária variando entre 41 e 60 anos, e que o nível de escolaridade de 79% dos entrevistados é de superior incompleto ou mesmo menor que esse nível. Os dados obtidos também apontam que 90% das propriedades são administradas por homens e apenas 10% por mulheres, porém cabe ressaltar que cada dia mais os empreendedores rurais estão buscando novos conhecimentos e tecnologias, visando incrementar a produção e produtividade da empresa rural.

Farias et al. (2016), constataram que as características dos produtores rurais da região do Agreste Paraibano, é de que 76% desses trabalhadores eram homens e 24% mulheres, e no total dos entrevistados, 0% apresentavam ensino superior, sendo que 26% apresentavam ensino fundamental incompleto. Em relação a idade que os produtores possuíam 61% se situava entre 26 e 50 anos.

É sabido que cada região do país apresenta características únicas, bem como formas de cultivo e espécies cultivadas distintas, da mesma forma se faz com o perfil dos produtores rurais, onde estes em cada região possuem características próprias, além de formas únicas de gerenciar as propriedades.

3.2 SEGUROS AGRÍCOLAS

De acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (2015), os seguros rurais são considerados como sendo um excelente método de proteção aos produtores, de forma que estes podem investir em determinadas ações ou bens, com certa segurança de que na eventualidade de ocorrência de adversidades climáticas, poderão continuar com suas atividades sem elevados danos. Evidencia-se também que nos últimos anos, mesmo com o país atravessando uma severa crise, o agronegócio tem sido um dos poucos setores que matem crescimento, e esse resultado é consequência da elevação de áreas cultivadas com as principais espécies economicamente rentáveis ao país, como soja, milho, cana de açúcar, algodão, café e citros, além dos investimentos em tecnologias como máquinas e implementos agrícolas.

A agricultura conforme mencionado representa uma fonte relevante de crescimento para a economia do país, e isso em decorrência dos produtos que são produzidos nas mais distintas regiões (BUAINAIN; VIEIRA, 2011). Entretanto, ainda que com o crescimento e com respostas positivas como vem ocorrendo com safras recordes, os adventos climáticos afetam consideravelmente parte das regiões de maior produção do país, ocasionando perdas com enorme significância nas lavouras e principalmente na rentabilidade dos produtores/empreendedores rurais (CNA, 2015).

As alterações climáticas geram intensos impactos nos ambientes agrícolas, mas além desses impactos - que podem ser observados a curto prazo, é necessário se atentar aos impactos causados à médio e longo prazo, e tendo em vista as inúmeras distinções entre as regiões do país, torna-se crucial analisar e definir as essencialidades de cada caso/região/unidade produtora, de forma que se consiga entender e estabelecer as principais relações de perdas influenciadas pelo impacto das alterações climáticas, e os benefícios que o seguro agrícola tende a trazer ao produtor (GUIMARÃES et al., 2016).

Ozaki (2008) refere-se aos seguros agrícolas como um importante instrumento para a estabilização financeira dos produtores, onde o risco é notadamente transferido para agentes econômicos secundários. Nessa condição, um indivíduo consegue transferir um custo futuro - danos causados por intempéries climáticas - com elevado valor, por um custo imediato (antecipado), porém com valor inferior, o denominado prêmio (OZAKI, 2005).

O Seguro Agrícola deu início em suas atividades no Brasil, por volta dos anos setenta, sendo integrante de programas estatais de seguros com a abrangência nacional e regional (VASCONCELOS, 2012). E segundo Fornazier et al. (2012), considera-se seguro agrícola como um contrato desenvolvido diretamente por atividades de um setor específico da economia nacional, onde são firmados acordos quanto a uma taxa (prêmio), que as seguradoras são obrigadas a compensar (indenizar) os produtores ou empresários rurais na ocorrência de eventuais prejuízos com os cultivos. Cabe ressaltar que, as exigências e condições referentes à cobertura dos seguros agrícolas, bem como para quaisquer outros tipos de seguro, devem e são definidas na apólice.

Ramos (2009) enfatiza que a cobertura dos seguros agrícolas são diretamente vinculadas as explorações agrícolas e às perdas ocasionadas especialmente pelos fenômenos meteorológicos. Esse tipo de seguro cobre essencialmente todo o ciclo da espécie cultivada, desde a emergência até a colheita. A cobertura se faz em relação à "incêndio e raio, tromba d'água, ventos fortes, granizo, geada, chuvas excessivas, seca e grandes oscilações de temperatura" (RAMOS, 2009, p. 06).

É evidente que os sistemas agrícolas do país e do mundo, estão propensos à sofrer ações positivas e negativas dos agentes climáticos, e visando a redução dos riscos que as atividades agrícolas sofrem, os empreendedores/produtores rurais utilizam inúmeras estratégias e algumas técnicas de gestão de riscos, e nessas se destacam a utilização de cultivos diversificados na área e no tempo, reserva (poupança) financeira, atividades secundárias fora do setor agrícola, prevenção em relação à efetivação de negociação e comercialização antecipada em relação aos preços e financiamento condicional de insumos (FORNAZIER et al., 2012).

3.3 ZONEAMENTO AGRÍCOLA

De acordo com Meireles et al. (2007), os estudos relacionados ao zoneamento agrícola no Brasil são datados das décadas de 70 e 80, e tendo como espécies pioneiras o café, milho, arroz, batata, cana-de-açúcar, feijão, trigo, fruteiras, dentre outras. O zoneamento consiste em dividir um determinado território em porções ou partes menores. Essa divisão, ocorre de acordo com algumas características específicas e particulares de cada área ou mesmo região, e cada área tende a receber tratamentos especiais, bem como legislações que amparem a exploração ou não, de acordo com suas características pré estabelecidas (ILGENFRITZ, 2012).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), indica por meio de portarias, o uso adequado para cada região, seguindo o zoneamento realizado na região em questão. São realizadas recomendações para os períodos de cultivo, espécies de cultivo, variedades/cultivares, em função do tipo de solo e clima. Essas recomendações, que também se denomina de zoneamento agrícola, visa reduzir prejuízos ocasionados por intempéries climáticas, ou mesmo ocorrência de pragas e doenças, que acarretam perdas econômicas elevadas (MAPA, 2017).

O Zoneamento Agrícola é considerado como uma ferramenta tecnológica extremamente eficaz ao produtor, uma vez que ao se utilizar as recomendações de maneira correta, o produtor consegue sucesso em pelo menos oito safras para cada dez produzidas. Além do fato de que para a obtenção dos recursos disponíveis pelo Proagro (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária), Proagro Mais e à subvenção federal ao prêmio do seguro rural, é necessário que o produtor esteja realizando o seu cultivo de acordo com as recomendações do zoneamento agrícola. O zoneamento é realizado em praticamente todas as unidades federativas do país, e abrange mais de 37 espécies (MAPA, 2017).

A ferramenta tecnológica denominada de zoneamento agrícola faz uso de duas linhas distintas de análise, ocorrendo essas por meio do zoneamento de aptidão agrícola e pelo zoneamento de risco climático. O zoneamento de aptidão agrícola faz referência as delimitações de uma determinada região com características específicas de solo e/ou clima para cultivo de algumas espécies particulares, essas delimitações são embasadas principalmente em análises das características físico-químicas do solo, sendo as condições edáficas preponderantes para este tipo de avaliação e representação dos resultados por meio do zoneamento (ANDRADE JÚNIOR, 2010; WADT et al., 2015).

E o zoneamento de risco climático consiste em analisar as variáveis anteriormente citadas (solo, clima e planta), e adicionando à estas algumas funções estatísticas e matemáticas, objetivando a quantificação dos riscos de perdas dos cultivos por meio de frequências e probabilidades. Essas funções adicionadas ao zoneamento visam primordialmente à antecipação e reconhecimento de

possíveis eventos climáticos desastrosos que acarretam danos econômicos dos cultivos de todo o país. A partir da utilização de modelos matemáticos e estatísticos é possível definir, para cada região qual a melhor época de se realizar a semeadura ou plantio, com o intuito de obter elevadas produtividades (BRASIL, 2007).

Os avanços relacionados ao levantamento de dados para otimizar os sistemas de cultivo de todo país, têm auxiliado grandemente os produtores rurais na obtenção do sucesso final do cultivo, de maneira que tem propiciado a aquisição de financiamentos e seguros, bem como facilitado os procedimentos de manejo com a lavoura. Entretanto apesar de ser extremamente importante a sua utilização, é possível observar que ainda há um déficit de informações neste setor (WADT et al., 2015), e principalmente quando se relaciona aos produtores e seus conhecimentos sobre o assunto.

A elevada e crescente demanda por alimentos vêm intensificando a pressão do conhecimento, e da transferência de conhecimento, vinculados aos sistemas produtivos de maior eficiência e com alto índice tecnológico, que impulsionam a produtividade e por consequência o abastecimento, a qualidade e a ampliação de possíveis exportações, tornando melhor e mais eficaz o desempenho da balança comercial. Nota-se os registros de sucessivos recordes de produção do agronegócio brasileiro, entretanto a assistência técnica rural ainda se encontra limitada nas propriedades (ASBRAER, 2014)

Segundo Peixoto (2008), a assistência técnica e a extensão rural (ATER), são considerados processos e serviços essenciais para o desenvolvimento rural e agropecuário das empresas rurais de forma geral, e isso devido ao fato de ser um instrumento de troca de conhecimento referente à últimas tecnologias oriundas de pesquisas científicas públicas ou privadas.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

4.1 TIPO DE ESTUDO

O presente estudo foi realizado por meio de pesquisa descritiva com produtores rurais, e foram realizados levantamentos de dados referentes a atual situação dos seguros agrícolas para a região de estudo, bem como a utilização de zoneamento agrícola de risco climático - ZARC, assistência técnica rural e serviços contábeis. Os dados foram adquiridos através de um questionário elaborado pelos autores e abordando as principais dúvidas sobre o assunto em questão.

Os produtores que participaram da coleta de dados foram escolhidos casualizadamente e suas informações pessoais mantidas em sigilo. E como consideração ética, a presente pesquisa apresentou aos produtores rurais o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

4.2 LOCAL DA PESQUISA

O local do desenvolvimento do trabalho foi a região Sul do Mato Grosso do Sul, pelo fato de que esta região apresenta inúmeros produtores rurais, que contribuem para a economia agrícola do estado e que provavelmente já fizeram o uso dos benefícios dos seguros agrícolas, além de ser um local ao qual se teve fácil acesso.

4.3 CARACTERIZAÇÃO E RECRUTAMENTO DA AMOSTRA

A caracterização do presente estudo foi embasada no questionamento que teve por objetivo abordar as condições dos produtores, e os assuntos relacionados ao uso e adesão do seguro agrícola, para os cultivos de soja e milho, bem como a utilização de ZARC, assistência técnica rural e serviços contábeis.

O questionário se relacionou com a viabilidade da utilização e contratação do seguro agrícola e de sua obrigatoriedade para os produtores que financiam seus cultivos, visando expressar integralmente a opinião dos produtores rurais, foram coletadas também opiniões e sugestões dos produtores, com a finalidade de obtenção de aspectos em que o atual seguro agrícola possa ser adaptado á realidade dos produtores. E em relação ao ZARC, assistência técnica rural e serviços contábeis, se intencionaram semelhantemente.

Nas entrevistas foram abordados o número máximo de entrevistados dispostos a colaborar com a pesquisa.

4.4 ANÁLISE DE DADOS

Os dados coletados foram analisados por meio de estatística descritiva e os gráficos gerados a partir de planilhas do programa Excel, utilizando as médias das respostas obtidas em cada questão, bem como tabelas representativas aos dados obtidos.

As tabelas foram formuladas com base na distribuição de frequências, ou seja, foram realizadas mediante agrupamentos dos dados em classes, de maneira que foram contabilizados o número de ocorrências em cada classe visando a representação de uma forma mais sintética e clara, permitindo a observação das informações referentes aos comportamentos dos produtores rurais diante dos assuntos em questão.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos no presente trabalho representam os componentes que nos últimos anos agrícolas têm influenciado de forma direta nos rendimentos de uma empresa rural, de forma que retratam o setor do agronegócio frente aos novos agentes influenciadores do sucesso agrícola.

Para a característica idade do produtor rural se obteve média de 47,57 anos, observando variações entre 22 e 64 anos. Em relação ao uso do financiamento agrícola pode-se observar uma elevada variação, onde foram obtidos resultados entre 0 e 28 anos, entretanto as variações obtidas para o seguro agrícola em função das safras de soja (*Glycine max*) e milho (*Zea mays*) foram menores, variando entre 1 e 20 para soja e 0 e 20 para milho (Tabela 1).

Tabela 1. Idade dos produtores, tempo em que utilizam financiamento agrícola e tempo em que vem aderindo ao seguro agrícola para soja e milho. Dourados - MS, UFGD, 2017.

Produtores	Idade (anos)	Há quanto tempo usam	Há quantas safras aderem ao Seguro Agrícola para Soja	Há quantas safras aderem ao Seguro Agrícola para Milho
		financiamento (anos)		
1	22	0	3	3
2	23	2	2	2
3	27	10	1	0
4	31	8	1	1
5	33	10	4	4
6	35	4	3	0
7	35	17	2	2
8	35	7	3	3
9	36	10	10	10
10	37	10	10	10
11	37	8	6	0
12	37	4	5	3
13	38	10	8	5
14	38	8	5	0
15	40	14	3	0
16	41	13	4	0
17	43	13	4	4
18	44	3	3	4
19	45	7	4	3
20	46	17	10	10
21	48	11	7	7
22	48	5	5	4

23	49	16	2	2
24	50	10	1	0
25	52	12	10	10
26	53	7	6	4
27	53	8	8	8
28	54	15	13	13
29	54	10	10	10
30	56	20	4	4
31	56	25	8	8
32	56	10	10	10
33	57	22	3	2
34	58	24	2	2
35	58	8	8	5
36	58	18	1	1
37	59	22	9	9
38	60	20	4	4
39	61	18	6	6
40	61	20	18	18
41	62	28	1	1
42	63	25	20	20
43	64	13	4	4
44	64	20	20	20
45	64	20	17	17
Média	47,57	12,93	6,4	5,62

Os dados obtidos na pesquisa em relação a idade dos produtores rurais, tempo de utilização de financiamento agrícola, número de safras de soja (*Glycine max*) que aderem ao seguro agrícola e número de safras de milho (*Zea mays*) que aderem ao seguro agrícola, foram agrupados em função da distribuição de frequências. Estatisticamente, considera-se a distribuição de frequência como um arranjo de valores que determinado fator de estudo apresenta, ou resultados que se obtém para determinado fator (variável) de estudo (FARIA; LAURENCEL, 2006), de forma que nas tabelas foram agregados a contagem dos resultados obtidos dentro dos intervalos específicos. E na tabela 2, estão representados os que se referem a idade dos produtores rurais. Observa-se que as maiores frequências para a característica idade, foram obtidas entre 55 - 60 anos e 60 - 65 anos,

onde ambas apresentaram frequência de 8 produtores cada. A menor frequência (um produtor apenas) foi obtida na variação de idade de 25 - 30 anos (Tabela 2).

Tabela 2. Distribuição de frequência para idade dos produtores rurais. Dourados - MS, UFGD, 2017.

Classes (Anos)	Frequência Absoluta	Frequência Absoluta Acumulada	Frequência Relativa	Frequência Acumulada Relativa
20 --- 25	2	2	0,0444	0,0444 ou 4,44%
25 --- 30	1	3	0,0222	0,0666 ou 6,66%
30 --- 35	4	7	0,0889	0,1555 ou 15,55%
35 --- 40	7	14	0,1556	0,3111 ou 31,11%
40 --- 45	5	19	0,1111	0,4222 ou 42,22%
45 --- 50	5	24	0,1111	0,5333 ou 53,33%
50 --- 55	5	29	0,1111	0,6444 ou 64,44%
55 --- 60	8	37	0,1778	0,8222 ou 82,22%
60 --- 65	8	45	0,1778	1,0000 ou 100%
Total	45	45	1,00	1,00 ou 100%

Para a distribuição de frequência para o tempo de utilização de financiamentos agrícolas, observa-se que dentre os 45 produtores entrevistados, 39 produtores fazem o uso de financiamentos agrícolas com variação entre 0 - 20 anos de produção, esses produtores representam 86,67% do total analisado. E acima de 20 anos, observa-se 6 produtores na frequência de 20 - 30 anos, representando 13,33% (Tabela 3).

Tabela 3. Distribuição de frequência para o tempo de utilização de financiamentos agrícolas. Dourados - MS, UFGD, 2017.

Classes (Anos)	Frequência Absoluta	Frequência Absoluta Acumulada	Frequência Relativa	Frequência Acumulada Relativa
00 --- 05	6	6	0,1334	0,1334 ou 13,34%
05 --- 10	15	21	0,3333	0,4667 ou 46,67%
10 --- 15	8	29	0,1778	0,6445 ou 64,45%
15 --- 20	10	39	0,2222	0,8667 ou 86,67%
20 --- 25	5	44	0,1111	0,9778 ou 97,78%

25 --- 30	1	45	0,0222	1,00 ou 100%
Total	45	45	1,00	100%

Para a distribuição de frequência para o número de safras de soja que aderem ao seguro agrícola, foram encontrados os maiores resultados na frequência de 0 - 5 safras com 24 produtores (53,33%) que aderiram. Quando se considera as últimas 10 safras de produção de soja, o número de aderência aos seguros agrícolas se eleva consideravelmente, apresentando 39 produtores na frequência de 0 - 10 safras (Tabela 4).

Tabela 4. Distribuição de frequência para o número de safras de soja (*Glycine max*) que aderem ao seguro agrícola. Dourados - MS, UFGD, 2017.

Classes (safras)	Frequência Absoluta	Frequência Absoluta Acumulada	Frequência Relativa	Frequência Relativa Acumulada
00 --- 05	24	24	0,5333	0,5333 ou 53,33%
05 --- 10	15	39	0,3333	0,8666 ou 86,66%
10 --- 15	2	41	0,0444	0,9110 ou 91,10%
15 --- 20	4	45	0,0889	1,00 ou 100%
Total	45	45	1,00	100%

Esses resultados podem ser explicados com base nas constantes mudanças climáticas observadas em todo país, e não sendo diferente para o estado de Mato Grosso do Sul, especificamente para a região sul do estado (ARMÔA, 2016). As constantes mudanças climáticas ocasionam inúmeras perdas na produtividade, e isso em decorrência de possíveis e constantes veranicos ou intensa pluviosidade, que afetam o desenvolvimento das plantas e conseqüentemente a formação e enchimento dos grãos que expressam a produtividade (ROLDÃO, 2015).

Para a distribuição de frequência para o número de safras de milho que aderem ao seguro agrícola, pode-se observar que dentre os 45 produtores rurais entrevistados apenas 37 fazem uso do seguro agrícola para a cultura do milho, e foram encontrados os maiores resultados na frequência de 0 - 5 safras com 21 produtores (56,76%). Considerando as 10 últimas safras, na frequência de 0 - 10, foram obtidos 32 produtores que aderiram o seguro agrícola (Tabela 5).

Tabela 5. Distribuição de frequência para o número de safras de milho (*Zea mays*) que aderem ao seguro agrícola. Dourados - MS, UFGD, 2017.

Classes (safras)	Frequência Absoluta	Frequência Absoluta Acumulada	Frequência Relativa	Frequência Acumulada Relativa
00 --- 05	21	21	0,5676	0,5676 ou 56,76%
05 --- 10	11	32	0,2973	0,8649 ou 86,49%
10 --- 15	1	33	0,0270	0,8919 ou 89,19%
15 --- 20	4	37	0,1081	1,00 ou 100%
Total	37	37	1,00	100%

Possivelmente esses resultados fazem referência ao fato de que nos últimos anos o cultivo do milho segunda safra, vem ganhando espaço na região. E essa aquisição de espaço, ocorre principalmente em relação ao aumento de produtividade das cultivares e híbridos específicos para o cultivo na época em questão. A elevação da produtividade nos cultivos de segunda safra faz com que os produtores se arrisquem no cultivo e visem o seguro da safra para se precaverem de possíveis alterações climáticas.

Para a idade dos produtores rurais foi obtida a média de 47,57 anos (Figura 1), e de acordo com as respostas obtidas pelos produtores mediante a entrevista, em sua grande maioria, os produtores sempre desenvolveram atividades agrícolas, enfatizando sempre que as atividades foram transmitidas por gerações, de maneira que sempre foram o recurso financeiro direto das famílias dos produtores rurais.

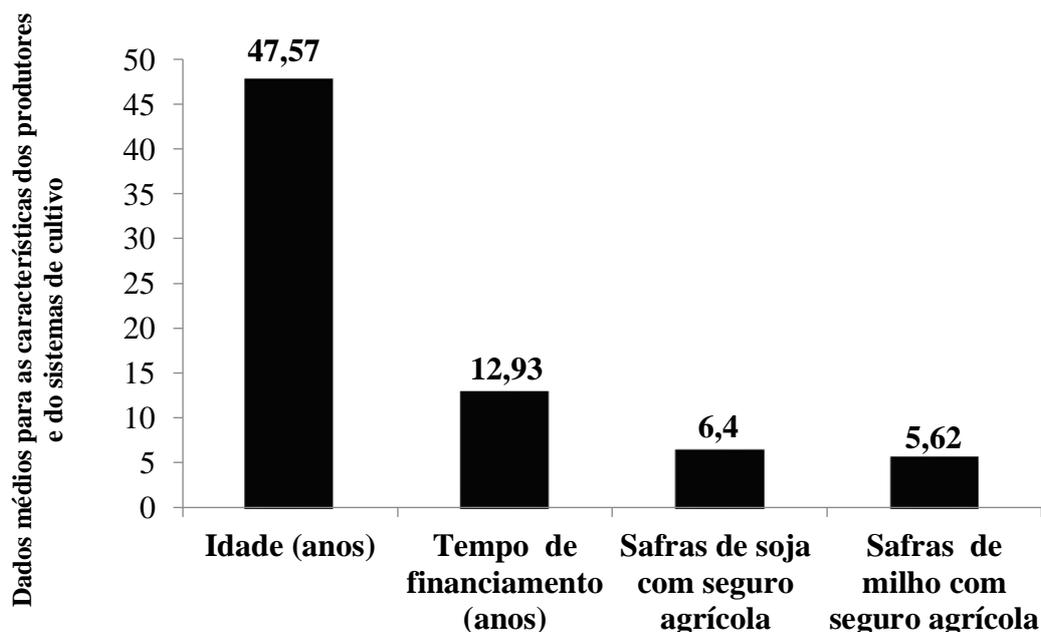


Figura 1. Dados médios para idade dos produtores, tempo em que utilizam financiamento agrícola e tempo em que vem aderindo ao seguro agrícola para soja e milho segunda safra. Dourados - MS, UFGD, 2017.

Para o tempo em que utilizam financiamentos agrícolas, obteve-se média de 12,93 anos, e para a utilização de seguros agrícolas voltado para o cultivo de soja, obteve-se 6,4 safras e para milho 5,62 safras. O produtor rural, conforme anteriormente mencionado, em sua grande maioria faz da empresa rural (propriedade) a sua principal fonte renda, e mesmo que este desenvolva atividades paralelas a garantia de que sua lavoura esteja assegurada contra intempéries climáticas o tranquiliza, uma vez que mediante a aquisição de seguros agrícolas mesmo que ocorram sinistros, o produtor terá sua renda garantida.

A produção de soja é considerada como sendo a principal no Mato Grosso do Sul em relação à produção de grãos, e mediante a este fato os produtores tendem a efetivar um maior número de safras (6,4) asseguradas por meio da contratação dos seguros agrícolas, entretanto de acordo com os últimos levantamentos realizados pela CONAB (2017), o cultivo de milho segunda safra vem ganhando campo em todo o país, e dessa forma tendendo conseqüentemente a ampliar o número de contratação se seguros em seus cultivos, uma vez que tem se apresentado muito rentável ao produtor.

Em relação à opinião dos produtores rurais quanto à satisfação na utilização dos seguros agrícolas, obteve-se que 93,33% se apresentam favoráveis a contratação e apenas 6,67% se encontram insatisfeitos (Figura 2). O elevado índice de satisfação ocorreu em função dos benefícios ocasionados pela contratação na ocorrência de possíveis intempéries, e mesmo os produtores que não se apresentaram como satisfeitos, de certa forma reconheciam a sua importância para o ambiente agrícola de produção de grãos.

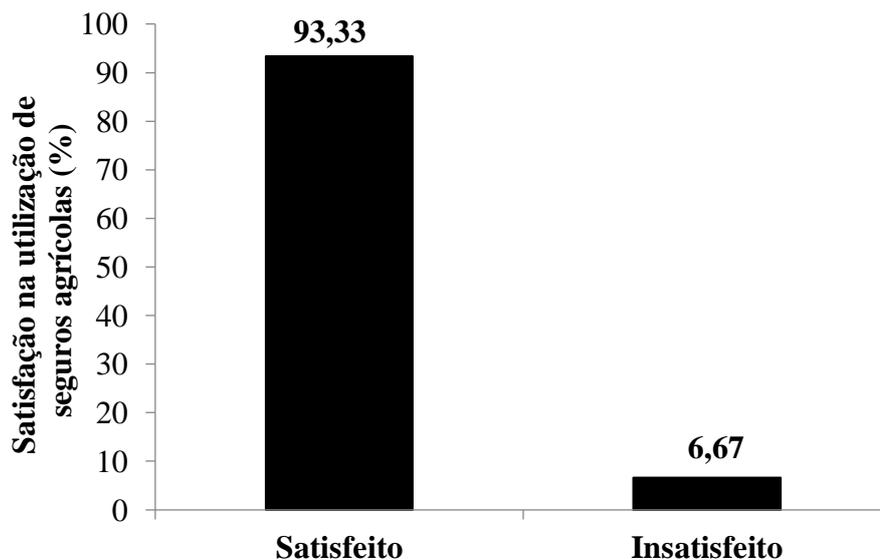


Figura 2. Opinião dos produtores rurais (%) quanto à satisfação na utilização do seguro agrícola nos cultivos de soja e milho segunda safra. Dourados - MS, UFGD, 2017.

Um dos elementos preponderantes que incentiva a aquisição dos seguros agrícolas é o fato de que na ocorrência do sinistro há a possibilidade da quitação da dívida ou mesmo dos gastos com a implantação da cultura, conforme os relatos obtidos na pesquisa.

Sim, com o alto custo para a implantação das culturas é importante uma segurança (R. A. B., 45 anos, Dourados - MS, 2017).

Sim, sem o seguro eu não teria como produzir, pois tive várias perdas esses anos (G. M. C., 54 anos, Amambai - MS, 2017).

Sim, ajuda o produtor a pagar as dívidas em anos de frustração de safras (E. S. A., 36 anos, Amambai - MS, 2017).

Sim, apesar de não atender todas as necessidades (E. S. P., 54 anos, Caarapó - MS, 2017).

Para a obrigatoriedade quanto à aquisição do seguro agrícola para a obtenção de custeio (financiamento) rural, 44,44% dos produtores se apresentaram como sendo favoráveis e 55,56% como não favoráveis ao vínculo imposto pelos bancos como pré requisito à obtenção de créditos (Figura 3).

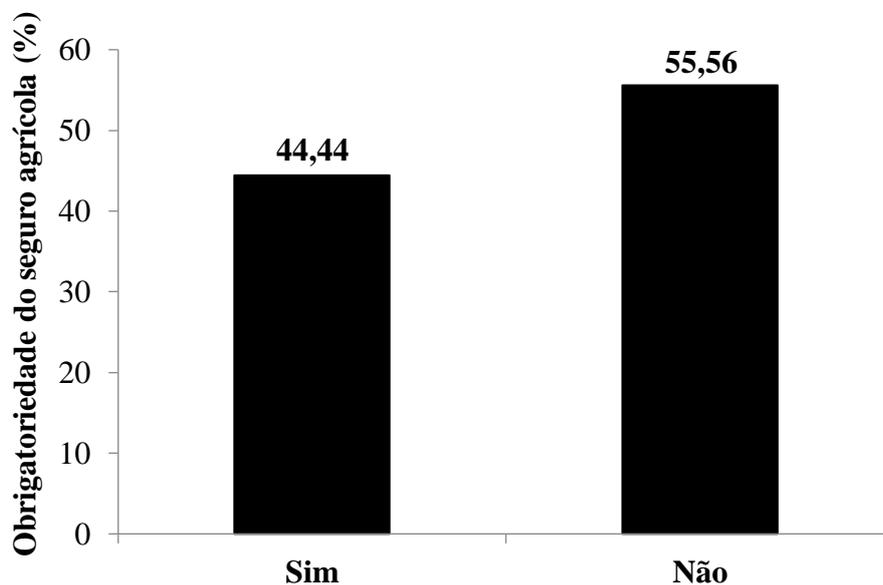


Figura 3. Opinião dos produtores rurais (%) quanto à obrigatoriedade na aquisição do seguro agrícola vinculado as operações de custeio agrícola. Dourados - MS, UFGD, 2017.

Mediante as indagações sobre a obrigatoriedade da aquisição de seguros para a obtenção e liberação de créditos/financiamentos rurais, pode-se observar que grande parte dos produtores que ainda se fazem favoráveis a obrigatoriedade, não contêm a informação de que o veto de

obrigatoriedade foi retirado em 24/05/2016, derrubando as imposições contidas nas leis nº 4.829, de 5 de novembro de 1965 e 10.823, de 19 de dezembro de 2003.

Domingues e Silva (2016), apresentam no informe técnico APROSOJA nº121/2016, as principais modificações ocorridas em relação à obrigatoriedade, e dentro dessas cabe destacar, a que faz menção ao fato de que o governo não pode mais obrigar ou vincular a contratação de seguro rural para operações de crédito de custeio, tornando dessa maneira o produtor livre para escolher se realmente quer ou não adquirir aos seguros rurais.

Em relação aos que não se apresentam favoráveis a obrigatoriedade, foi possível observar que o maior empecilho encontrado por esses produtores (55,56% dos produtores), é o fato de que a maior parte dos seguros garantem pouco dinheiro, e que basicamente apenas conseguem pagar as dívidas, ficando sem recursos para sobreviver ou mesmo tentar implantar um novo cultivo. Além de que as alíquotas são definidas de maneira geral por região do país, sendo necessário rever alguns pontos, de maneira que essas possam abranger especificamente pequenas regiões, uma vez que cada micro região apresenta características edafoclimáticas únicas e específicas.

Os produtores não favoráveis a obrigatoriedade apresentaram as seguintes opiniões:

Não. Precisamos ter mais opções de outras seguradoras com melhor cobertura (I. A. Z., 61 anos, Caarapó - MS, 2017).

Os critérios tem que ser revistos, tem que criar produtos mais regionais (A. P. D., 56 anos, Coronel Sapucaia - MS, 2017).

Precisa atender mais as necessidades reais da classe produtora (J. A. R., 64 anos, Antônio João - MS, 2017).

Para a contratação de seguros agrícolas vinculados diretamente ao zoneamento agrícola referente à área que se pretende cultivar, 60% dos produtores rurais entrevistados esse vínculo é tido como fator que promove dificuldades e para 40% promove benefícios (Figura 4).

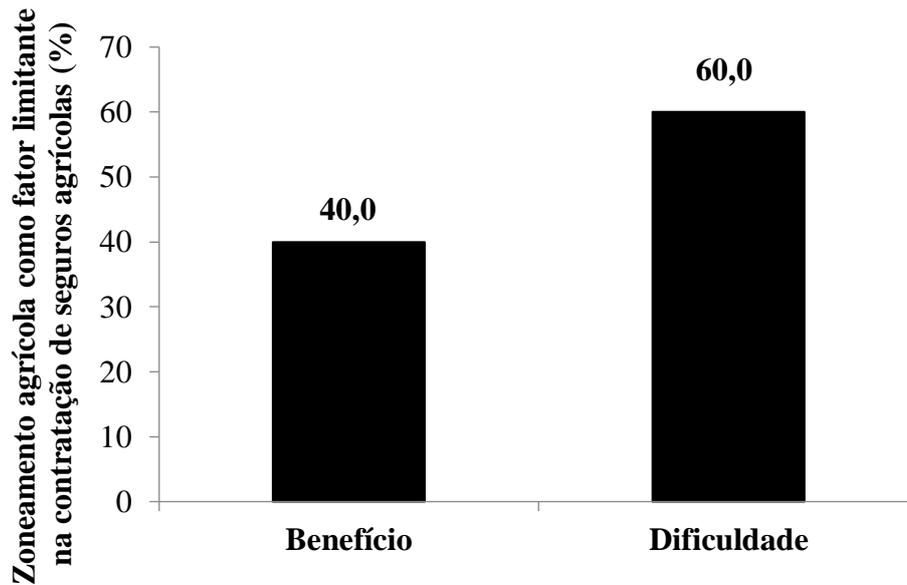


Figura 4. Opinião dos produtores rurais (%) em relação á utilização do zoneamento agrícola como fator limitante para a contratação do seguro agrícola. Dourados - MS, UFGD, 2017.

Os produtores que vêm à utilização do ZARC vinculado ao seguro como benefício relatam que com a utilização as lavouras tendem a ficar uniformes, uma vez que devem ser semeadas dentro de uma mesma época, e que não é um fator limitante de produção, apenas um orientador de tomadas de decisão viável no momento da implantação da cultura.

Entretanto, os 60% que relatam como dificuldade faz referência ao fato de que muitas vezes os fatores climáticos como chuvas na época indicada para semeadura, atrapalha as operações e prejudica o enquadramento dentro do ZARC estabelecido pelo ministério da agricultura (MAPA), e ressalta que este deve ser sempre atualizado, o que aparentemente não ocorre.

Às vezes atrasa muito o prazo de plantio e isso afeta a contratação do seguro (L. C. P. J., 23 anos, Dourados - MS, 2017).

O zoneamento agrícola deve existir, porém que seja atualizado (M. A. F. A., 46 anos, Amambai - MS, 2017).

Em relação aos conhecimentos e informações transmitidas ao produtor rural no momento da contratação dos seguros agrícolas, por parte dos bancos, agências financiadoras ou mesmo das assistências técnicas, 33,33% dos entrevistados afirmam que a transferência de informações ocorre de maneira satisfatória e clara, e 66,67% relatam que ainda há necessidade de se melhorar esse

questo, uma vez que são informações de extrema importância para o produtor, o contratante do serviço em questão (Figura 5).

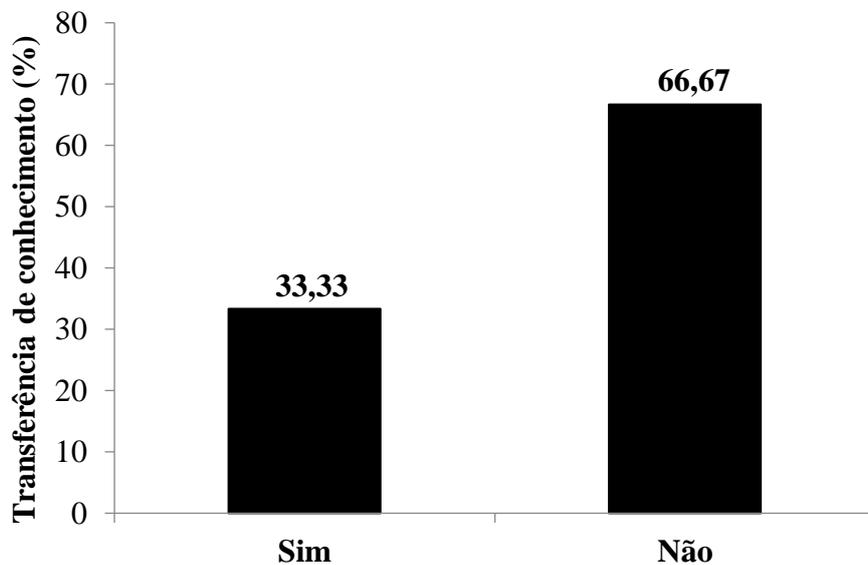


Figura 5. Opinião dos produtores rurais (%) em relação à transferência de conhecimento das assistências técnicas, corretores e agentes financeiros de maneira clara aos produtores quanto aos seguros agrícolas. Dourados - MS, UFGD, 2017.

Os entrevistados relatam que as informações apresentadas pelas empresas são divergentes, mas esse fator é ponderável já que esse setor sofre inúmeras mudanças ao longo dos anos, porém enfatizam que os corretores e agências de seguradoras não apresentam clareza quanto às informações fornecidas, mas no momento da vistoria na ocorrência do sinistro, os técnicos possuem total conhecimento quanto às informações que devem ser coletadas e transmitidas aos produtores rurais. Fazendo que esse fato reforce a idéia de que para a venda dos seguros agrícolas há um certo encobrimento de informações que não fornecerão benefícios aos produtores, mas que na ocorrência do sinistro serão imediatamente cobradas.

Em relação à contratação de assistência técnica rural (técnicos ou engenheiros agrônomos), 75,56% dos entrevistados contratam serviços particulares e 24,44% não contratam (Figura 6), utilizam como fonte de informação ou recomendação para as lavouras, a assistência técnica fornecida pelas empresas de revenda de insumos agrícolas. Essa prestação de serviço é oferecida pelas revendas como um pacote de serviços ao adquirir produtos específicos da empresa.

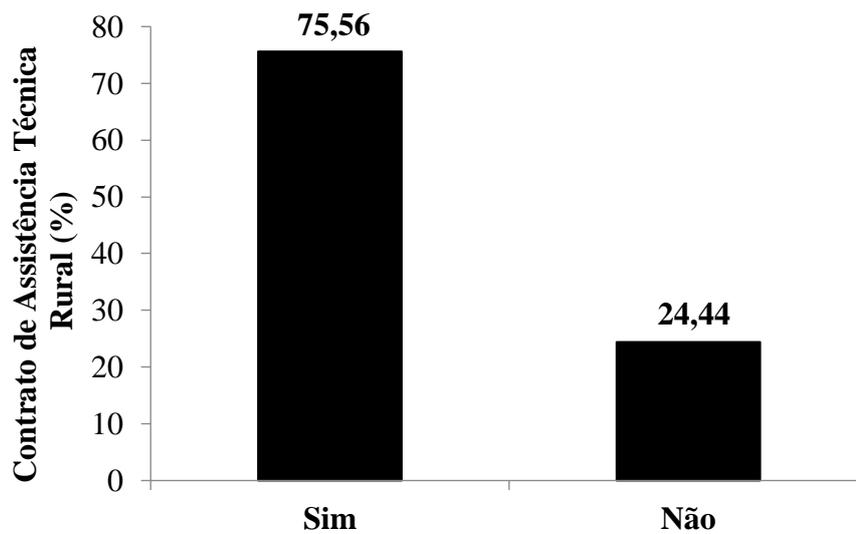


Figura 6. Opinião dos produtores rurais (%) em relação à contratação de assistência técnica rural (técnicos ou engenheiros agrônomos) para as propriedades. Dourados - MS, UFGD, 2017.

Os produtores que adquirem assistência técnica particular alegam que dessa maneira não são "obrigados" a adquirirem determinados produtos de específicas empresas, e podem ter total liberdade para analisar e obter produtos de distintas empresas. Grande parte das contratações é embasada em:

Orientações técnicas especializadas e elaboração de projetos de custeio (L. P. E., 52 anos, Laguna Carapã - MS, 2017).

Contrato para fazer o projeto de custeio para financiamento e também nos últimos dois anos começando um projeto de agricultura de precisão (P. F. S., 44 anos, Dourados - MS, 2017).

Manejo, tomada de decisões, acompanhamento das culturas e projetos de custeio (E. G., 58 anos, Rio Brilhante - MS, 2017).

Acesso as melhores linhas de crédito e conselhos técnicos sobre a lavoura (R. L. S., 63 anos, Aral Moreira - MS, 2017).

Quando questionados em relação à contabilidade da empresa rural ao qual são proprietários, mais especificamente em relação à utilização de escritórios de contabilidade ou assessoria contábil, 91,11 % dos produtores entrevistados fazem uso e apenas 8,89% não fazem uso (Figura 7).

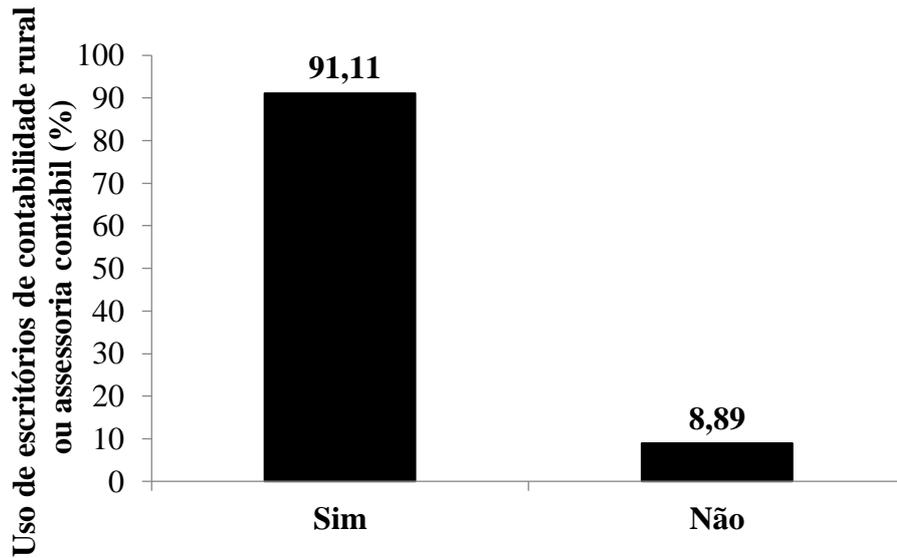


Figura 7. Opinião dos produtores rurais (%) em relação à contratação de escritórios de contabilidade rural ou assessoria contábil para o gerenciamento dos custos de produção. Dourados - MS, UFGD, 2017.

Rodrigues et al. (2016), ressaltam que há alguns anos, os contadores, administradores e outros responsáveis pela gestão das empresas, faziam uso das ferramentas da contabilidade com o único intuito de contabilizar impostos e legislação comercial, tributária e previdenciária, entretanto, nos dias atuais os serviços contábeis fazem parte de um dos fatores essenciais que alavancam o sucesso da propriedade, de forma que vêm sendo amplamente utilizada nas tomadas de decisões dos produtores rurais.

Relacionando a utilização da contabilidade rural e as perspectivas do agronegócio, Ulrich (2009) revela que no novo cenário do agronegócio nacional, o produtor rural tem que estar sempre buscando novas informações e meios de promover o sucesso do seu empreendimento, e fazer uso da contabilidade rural como ferramenta para levantamento de dados e de possíveis decisões se torna essencial atualmente.

Para a opinião dos produtores rurais em relação à contabilidade ou recursos monetários obtidos em cada safra serem utilizados de forma integral como ferramenta para gerenciamento da propriedade, 75,56% relataram que não são utilizados de maneira integral diretamente na propriedade e 24,44% relataram que sim (Figura 8). Os produtores que mencionaram o não uso de forma direta, em sua grande maioria relataram o emprego em outras atividades, entretanto essas atividades não são consideradas como principal fonte de renda para a família.

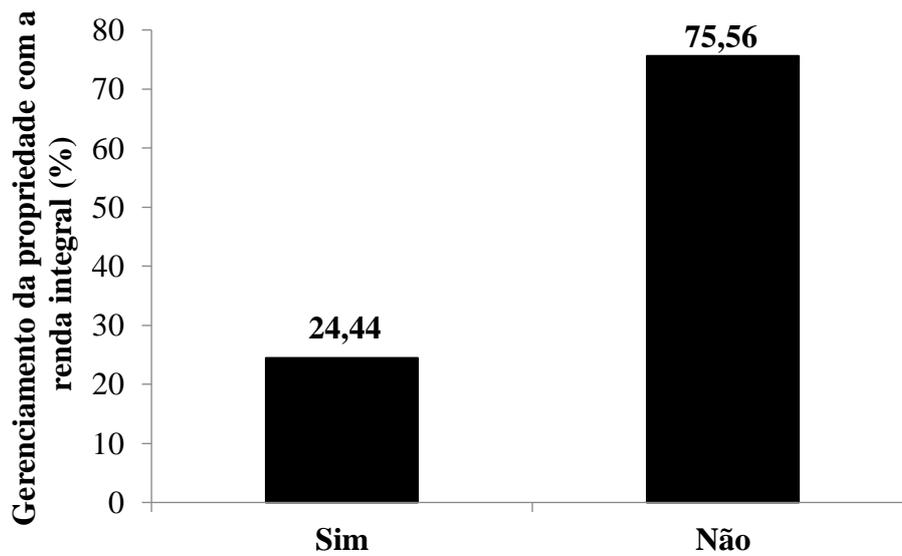


Figura 8. Opinião dos produtores rurais (%) em relação à contabilidade ou recursos monetários obtidos em cada safra serem utilizados de forma integral como ferramenta para gerenciamento da propriedade. Dourados - MS, UFGD, 2017.

E os produtores que aplicam os recursos monetários obtidos nas safras na própria propriedade, relacionaram esse uso direto com a aquisição de compras de máquinas e equipamentos, bem como insumos e instalações nas propriedades, além de investimentos com capacitação e especialização de funcionários.

Cursos para funcionários e tecnologias (V., 50 anos, Itaporã - MS, 2017).

Melhores qualidades dos investimentos e produtos (R. L. S., 63 anos, Aral Moreira - MS, 2017).

6 CONCLUSÕES

De acordo com os dados obtidos na pesquisa, pode-se concluir que:

- 86,67% dos produtores realizam cultivos de soja e/ou milho na frequência de 0 a 20 anos de produção;
- 53,33% dos produtores aderiram seguro agrícola para soja entre 0 - 5 safras, e 56,76% para milho com o mesmo número de safras;
- 93,33% dos entrevistados se demonstraram satisfeitos com a utilização dos seguros, entretanto apenas 44,44% dos produtores se apresentaram como favoráveis a obrigatoriedade;
- 60% dos produtores vêem o ZARC como uma dificuldade na aquisição de seguros agrícolas;
- 66,67% relatam que ainda há necessidade de se melhorar a transferência de informações referentes aos seguros agrícolas;

- 75,56% dos produtores contratam assistência técnica particular e 91,11% fazem uso de escritórios de contabilidade.

REFERÊNCIAS

ABMRA - Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio. Perfil comportamental e hábitos de mídia do produtor rural brasileiro 2013/2014. 2014. Disponível em: <http://www.abmra.org.br/pesquisa.pdf>. Acesso em: 15/07/2017.

ANDRADE JÚNIOR, A. S. **Zoneamento Agrícola**. Embrapa Meio Norte. 2010. Disponível em: http://www.uep.cnps.embrapa.br/docs/Zoneamento_Agricola_PE.pdf. Acesso em: 26 de fev. 2017.

ARMÔA, M. **Mudanças Climáticas: Pesquisa inédita identifica municípios vulneráveis à mudança do clima em MS**. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL, 2016. Disponível em: <http://www.imasul.ms.gov.br/pesquisa-inedita-identifica-municipios-vulneraveis-a-mudanca-do-clima-em-ms/>. Acesso em: 03/08/2017.

ASBRAER - Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Assistência técnica e extensão rural no Brasil: um debate nacional sobre as realidades e novos rumos para o desenvolvimento do País**. 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3394727/mod_resource/content/0/Assistencia%20tecnica%20e%20Extens%C3%A3o%20rural%20no%20Brasil%20ASBRAER%20.pdf. Acesso em: 29/07/2017.

BELEM, R. C. **Seguro Agrícola Subsidiado no Rio Grande do Sul: Análise de uma Experiência em Política Pública para a Agricultura Familiar**. 2004. 193 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Rio de Janeiro - RJ, 2004.

BUAINAIN, A. M.; VIEIRA, P. A. Seguro Agrícola no Brasil: desafios e potencialidades. **Revista Brasileira Risco e Seguro**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 39-68, 2011.

CELLA, D. **Caracterização dos fatores relacionados ao sucesso de um empreendedor rural**. 2002, 166f. Dissertação (Mestrado em Ciências). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo. Piracicaba - SP, 2002.

CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Guia de seguros rurais e ProAgro**. 2015. Disponível em: http://www.cnabrazil.org.br/sites/default/files/sites/default/files/uploads/cartilha_seguro_rural_.pdf. Acesso em: 17/07/2017.

CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da safra brasileira de grãos/ safra 2016/2017**. Brasília - DF, v. 4, n. 10, p. 1 - 170, 2016.

CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da safra brasileira de grãos/safra 2016/2017**. Brasília - DF, v.4, n.1, p. 1- 164, 2016.

EICKHOFF, F. **Modernização de um sistema de armazenamento de grãos numa empresa rural de Jóia – RS**. 2013, 49 f.. Trabalho de Conclusão de Curso (Agronomia). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. Ijuí - RS, 2013.

FARIAS, A. M. L.; LAURENCEL, L. C. **Estatística descritiva**. Departamento de estatística. Universidade Federal Fluminense-UFF, 2006. Disponível em: http://www.uff.br/ieeanamariafarias/estdesc_2006.pdf. Acesso em: 07/08/2017.

FARIAS, J. A.; SANTOS, J. J. F.; LEITÃO, E. T. C.; RIBEIRO, M. D. S.; SILVA, A. J. Aspectos agroeconômicos e sociais dos produtores rurais de hortaliças de uma região do agreste paraibano. *In*. Congresso Técnico Científico da Engenharia e da Agronomia. Foz do Iguaçu - PR, 2016. Disponível em: <http://www.confea.org.br/media/contecc2016/agronomia/aspectos%20agroecon%C3%B4micos%20e%20sociais%20dos%20produtores%20rurais%20de%20hortali%C3%A7as%20de%20uma%20regi%C3%A3o%20do%20agreste%20paraibano.pdf>. Acesso em: 15/07/2017.

FORNAZIER, A.; SOUZA, P. M.; PONCIANO, N. J. A importância do seguro rural na redução de riscos da agropecuária. **Revista de Estudos Sociais**. v. 14, n. 28, p. 39 - 52, 2012.

GHINI, R.; HAMADA, E., BETTIOL, W. **Impactos das mudanças climáticas sobre doenças de importantes culturas no Brasil**. Jaguariúna - SP, Embrapa Meio Ambiente. 2011. 356p.

Disponível em: <http://www.cnpma.embrapa.br/climapest/livros/livro3.html>. Acesso em: 26 de fev. 2017.

GUIMARÃES, M. F.; NOGUEIRA, J. M. A experiência norte-americana com o seguro agrícola: lições ao Brasil? **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba - SP, v. 47, n. 01, p. 27-58, 2009.

GUIMARÃES, T. C.; IGARI, A. T.; CARIDADE, A. V. S. Mudanças climáticas, seleção adversa e o seguro agrícola no Brasil. 2016. *In*. Encontro Internacional Sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente. Disponível em: <http://engemausp.submissao.com.br/17/anais/arquivos/253.pdf>. Acesso em: 17/07/2017.

ILGENFRITZ, M. G. D. **Os zoneamentos de uso do solo como fatores de impacto regional: o caso do litoral norte do Rio Grande do Sul**. 2012, 113f.. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRG. Porto Alegre - RS, 2012.

KOBIYAMA, M.; MENDONÇA, M.; MORENO, D. A.; MARCELINO, I. P. V. O.; MARCELINO, E. V.; GONÇALVES, E. F.; BRAZETTI, L. L. P.; GOERL, R. F.; MOLLERI, G. S. F.; RUDORFF, F. M. **Prevenção de desastres naturais: Conceitos básicos**. Curitiba - PR, Editora Organic Trading. 2006, 109p. Disponível em: http://www.disaster-info.net/lideres/portugues/curso-brasil08/documentos_e_artigos/Prevencao%20desastres%20naturais.pdf. Acesso em: 26 de fev. 2017.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Zoneamento agrícola**. 2007. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/portal>>. Acesso em: 28/07/2017.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Zoneamento Agrícola**. 2017. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/publicacoes-diversas/zoneamento-agricola.pdf/view>. Acesso em 28/07/2017.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Zoneamento Agrícola de Risco Climático**. 2016. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/zoneamento-agricola>. Acesso em: 26 de fev. 2017.

MEIRELES, E. J. L.; VOLPATO, M. M. L.; ALVES, H. M. R.; VIEIRA, T. G. C. Zoneamento agroclimático: um estudo de caso para o café. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 28, n. 241, p.50-57, 2007.

OLIVEIRA, D. L.; OLIVEIRA, G. D. **Contabilidade rural: uma abordagem do agronegócio dentro da porteira**. Curitiba - PR, Editora Juruá. 2014, 498 p.

OZAKI, V. A. Em busca de um novo paradigma para o seguro rural no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba - SP, v. 46, n. 1, p. 97-119, 2008.

OZAKI, V. A. **Métodos atuariais aplicados à determinação da taxa de prêmio de contratos de seguro agrícola: um estudo de caso**. 2005, 324f.. Tese (Doutorado em Ciências). Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo. Piracicaba - SP, 2005.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação**. Texto de Discussão 48, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/5publicações/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legis-lacao/view>>. Acesso em: 28/07/2017.

RODRIGUES, A. O.; BUSCH, C. M.; GARCIA, E. R.; TODA, W. H. **Contabilidade rural**. 4ª edição, 2016. Disponível em: <http://www.iob.com.br/newsletterimages/iobstore/sumarios/2016/jul/LIV21346.pdf>. Acesso em: 08/08/2017.

ROLDÃO, A. F. **Influência do fenômeno verânico na produtividade da soja na mesorregião do triângulo mineiro/alto Paranaíba - MG**. 2015, 118 f.. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Uberlândia - MG, 2015.

SANTOS, G. R.; SOUSA, A. G.; ALVARENGA, G. **Seguro agrícola no Brasil e o desenvolvimento do programa de subvenção ao prêmio**. IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília - DF, 2013. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2424/1/TD_1910.pdf. Acesso em: 26 de fev. 2017.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Micro Empresas. **Perfil do Produtor Rural: Série Estudos e Pesquisas**. 2012. Disponível em:

[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/74018fad8be70a4c727626c2d9bbc4c4/\\$File/4806.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/74018fad8be70a4c727626c2d9bbc4c4/$File/4806.pdf). Acesso em: 15/07/2017.

SKEES, J. R. Agricultural Risk Management or Income Enhancement? **Regulation**, Washington, v. 22, n. 1, p. 35-43, 1999. Disponível em: www.cato.org/%2Fregulation%2Fspring-1999%2Fagricultural-risk-management-or-income-enhancement&usg=AFQjCNH9XrrL0ejljl5kgFzkswtNFPzpzA. Acesso em: 26 de fev. 2017.

ULRICH, E. R. Contabilidade rural e perspectivas da gestão no agronegócio. **Revista de Administração e Ciências Contábeis da IDEAU**. v. 4, n. 2, p. 1 - 13, 2009. Disponível em: https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/108_1.pdf. Acesso em: 08/08/2017.

VASCONCELOS, J. M. M. **Seguro da agricultura familiar (SEAF): História, implantação e desafios em Francisco Beltrão (PR)**. 2012, 149f.. Dissertação (Mestrado em Agronegócio). Universidade de Brasília. Brasília - DF, 2012.

WADT, P. G. S.; SOUZA, C. B. C.; ANJOS, L. H. C.; PEREIRA, M. G.; SILVA, L. M. Aptidão agrícola das terras aplicadas em pequenos estabelecimentos rurais do sudoeste amazônico. **Biota Amazônia**. Macapá, v. 4, n. 3, p. 25-30, 2014.

ZANELLA, M. V.; KRINSKI, S. A.; MAFIOLETTI, R. L.; MARTINS, G.; MONTEIRO, A. A.; TURRA, F. E. **Pesquisa e Assistência Técnica nas Cooperativas Agropecuárias Paranaenses**. Curitiba - PR, Ocepar – SESCOOP. 2016, 72 p. Disponível em: http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/images/Comunicacao/2016/noticias/07/15/publicacao/publicacao_clique_aqui_15_07_2016.pdf. Acesso em: 26 de fev. 2017.

8. ANEXOS**7.1 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD
FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA

_____, _____ de 2016
Cidade/UF Mês

Prezado Senhor,

Nós, GUILHERME SIQUEIRA PEREIRA e MANOEL DOUGLAS ANTUNES PINTO JUNIOR, graduandos do curso de agronomia da UFGD estamos realizando uma pesquisa sobre "Perfil dos Produtores Rurais" com o objetivo de analisar o perfil dos mesmos na região Sul do Mato Grosso do Sul.

Salientamos que, todas as informações fornecidas neste questionário serão consideradas estritamente confidenciais e os dados reservados para uso exclusivo da UFGD. Caso seja de seu interesse, os resultados da pesquisa estarão à sua disposição após a conclusão do trabalho.

Certos de sua indispensável colaboração, agradecemos antecipadamente.

7.2 QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PRODUTORES RURAIS

Nome (Somente iniciais): _____ Idade: _____

1. Financia lavoura a quanto tempo ? (anos): _____

2. Tem aderido ao seguro agrícola? () Sim () Não Se sim, em: () Soja () Milho Safrinha.

3. Se adere ao seguro, a quantas safras tem aderido? Em soja e em milho? _____

4. Se, adere ao seguro, tem sido vantajosa a sua utilização em soja e em milho safrinha? Motivo?

5. O Senhor considera correta a obrigatoriedade do seguro agrícola vinculado a operações de custeio agrícola? Qual o motivo?

6. Do seu ponto de vista em que aspecto o seguro agrícola poderia melhorar, ajudando mais o produtor nos momentos de dificuldade?

7. O que o senhor entende por zoneamento agrícola?

8. *A utilização do zoneamento agrícola como fator limitante para a contratação do seguro agrícola é visto como benefício ao contrato ou como dificuldade na contratação?*

9. *As assistências técnicas e as empresas que vendem o seguro agrícola apresentam o conhecimento e conseguem repassar aos produtores as informações corretas sobre os seguros agrícolas?*

10. *Contrata Assistência Técnica Rural (Técnicos ou engenheiros agrônomos)?*

() *Sim*

() *Não*

11. *Se sim, qual o principal motivo da contratação?*

12. *Se não, com base em que realiza os procedimentos necessários para o cultivo?*

13. Qual a maior dificuldade na contratação de assistência técnica rural?

14. Na sua opinião qual é o problema mais frequente que ocasiona perdas na produção?

➤ Na safra de Inverno:

➤ Na safra de verão:

15. Faz uso de escritórios de contabilidade rural ou assessoria contábil para a propriedade?

() Sim

() Não

16. Se sim, como surgiu o interesse neste tipo de assessoria?

17. Se não, porque não o faz?

Brazilian Journal of Development

18. A contabilidade ou os recursos monetários obtidos em cada safra são utilizados de forma integral como ferramenta para gerenciamento da propriedade?

Sim

Não

19. Se sim, de que maneira?
